

SÃO PAULO
IV
URB
favelas

Seminário Internacional de Urbanização de Favelas

Intervenção em Favelas no Município de Curitiba pelo PMCMV: o caos na vida das pessoas removidas

Planejar e Financiar

Vasco, Kelly M. C. M.

Mestre em Planejamento Urbano; UFPR e Doutoranda em Serviço Social; PUC SP
kellymcmv@gmail.com

Nunes da Silva, Madianita

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Geografia; docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da UFPR
madianita@gmail.com





O artigo trata da prática de intervenção em favelas em Curitiba, a partir dos impactos na vida cotidiana das famílias removidas da favela Santos Andrade e realocadas no Empreendimento Aroeira, produzido pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Apoia-se em pesquisas que estudaram a trajetória da Política Habitacional (PH) no município (VASCO, 2018, NUNES DA SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018; NUNES DA SILVA *et al.*, 2021) para analisar a utilização do PMCMV como ferramenta de intervenção em favelas. As análises baseiam-se em relatos de pessoas realocadas, entrevistadas em 2018 (VASCO, 2018).

Contradições da Política de Intervenção em Favelas em Curitiba na Década 2000

No final da década de 2000 Curitiba concentrava 38% das favelas do aglomerado metropolitano, que somavam 252 assentamentos e mais de 52.000 domicílios. (NUNES DA SILVA, 2012). A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) é responsável pela formulação e execução da política habitacional, desde 1964. As primeiras experiências em urbanização integral de favelas pela COHAB-CT foram promovidas na década de 2000, motivadas pela política federal em curso, no âmbito do Habitar Brasil BID (HBB) e dos planos e programas executados pelo Ministério das Cidades (VASCO, 2018, NUNES DA SILVA, VASCO, TEXEIRA, 2018, NUNES DA SILVA *et al.*, 2021).

Nesse contexto, entre 2001 e 2004, a COHAB-CT implementou o Programa Nossa Vila, que se caracterizou por mesclar os modelos de intervenção de reurbanização e abrangência integral, com o de remoção e abrangência pontual (CARDOSO, 2007). Além disso, elaborou os Planos Municipais de Regularização Fundiária e de Habitação, criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, instituiu o Conselho Gestor desse fundo e desenvolveu projetos para atuar na urbanização de 49 favelas com recursos do PAC UAP (NUNES DA SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018).



A produção informal da moradia é um processo ativo no município e se expressa pela produção de novas favelas em áreas periféricas e com piores condições de infraestrutura urbana, e o adensamento das favelas mais centrais, localizadas em regiões melhor dotadas de infraestrutura e serviços urbanos (NUNES DA SILVA, 2012). A esse processo soma-se a política habitacional, que junto com a política urbana têm produzido uma cidade cujas marcas são a desigualdade, a segregação socioespacial e a reprodução da pobreza. No âmbito da política habitacional a construção dos empreendimentos residenciais populares tem se caracterizado pela implantação nas áreas mais periféricas e precárias da cidade (NUNES DA SILVA *et al.*, 2022).

Nos bairros mais precários residem as famílias mais pobres, com expressiva concentração de domicílios chefiados por mulheres (SILVA, 2020), com pelo menos um filho de até 15 anos de idade, pessoas negras, jovens vítimas de violência, sujeitos à reprodução da pobreza. De outro lado a valorização especulativa dos bairros mais centrais e com infraestrutura, que historicamente se beneficiam da concentração dos investimentos públicos e de uma legislação urbanística que favorece a reprodução do capital imobiliário (NUNES DA SILVA *et al.*, 2021).

Em uma dessas regiões periféricas foi implantado, com recursos do PMCMV, o empreendimento Aroeira, na divisa de Curitiba com os municípios de Almirante Tamandaré e Colombo, com 1.000 unidades habitacionais, distribuídas em 11 condomínios, sendo quatro deles de apartamentos, sobrados e casas, construídos para realocação de 390 famílias removidas de 20 favelas, localizadas em diversos bairros da cidade, entre elas a Santos Andrade.

Os estudos técnicos elaborados na COHAB-CT para a intervenção na Santos Andrade indicavam a presença de famílias com baixas renda, escolaridade e qualificação profissional; precária inserção no mercado de trabalho; e um número expressivo de domicílios chefiados por mulheres, onde residiam idosos, pessoas com deficiência e vulnerabilidades sociais diversas. Além do tempo de



existência da ocupação, seis décadas, os relatórios traziam informações a respeito dos equipamentos públicos que atendiam a comunidade no assentamento, dentre os quais escolas, municipal e estadual, unidade de saúde, CRAS, armazém da família e uma casa de apoio gerida pelo terceiro setor. Indicavam ainda as condições de precariedade habitacional e urbanística da favela e o tipo de risco ambiental a que estavam sujeitos seus residentes.

A primeira proposta de intervenção foi formulada no projeto elaborado para captação de recursos do PAC UAP, em 2012, que não foi aprovado pelo Governo Federal. A intervenção foi efetivada pelo Faixa 1 do PMCMV. Curitiba utilizou 50% das unidades produzidas nessa Faixa do programa para remoções em favelas. (VASCO, 2018; NUNES DA SILVA, VASCO; TEXEIRA, 2018).

O empreendimento Aroeira: o caos

Tá do mesmo jeito a única coisa que não chove dentro da casa que lá chovia mais dentro do que fora né, o resto tá pior, é mercado, é posto de saúde, dentista, nossa senhora, tudo difícil, a única coisa é que não chove dentro de casa, um paraíso como diz o ditado, tamo no céu. Dividido entre o céu e o inferno (ENTREVISTA 10, 2017).

O Aroeira foi construído há 23 km da Santos Andrade, para o reassentamento de 390 famílias, oriundas de diferentes favelas do município. Isolado da mancha urbana pré-existente e destituída de infraestrutura e serviços públicos, o entorno da gleba caracterizava-se também pela existência de restrições ambientais. Em seus limites figuram uma área de preservação permanente, do córrego que divide Curitiba e Almirante Tamandaré, e a favela Dos Milagres. A realocação desencadeou uma disputa do território pelo crime organizado, que compôs mais uma camada da violência que caracterizou a intervenção.

“No começo até a gente conseguir o ônibus sabe, então foi bem complicado que a gente não conhecia nada [...] A gente ficou quase um ano sem ônibus [...] E daí começou a acontecer conflitos entre os traficantes aqui, teve morte aqui na



frente da minha casa. Então é assustador, porque lá tinha bandido, tinha sim, mas os bandidos a gente já conhecia. Não apresentavam risco pra gente. [...] aqui tem conflito, com o pessoal que é de Tamandaré. Então no começo aqui foi bem complicado (ENTREVISTA 9, 2017).”

“Então, quando eu vim morar aqui, eu tava na janela e vi aquela gritaria. Olha eu queria ir embora aquele dia. Meu irmão correndo e o cara dando tiro. Tiro! Tem tiro no meu muro até hoje [...] e a polícia não faz nada (ENTREVISTA 7, 2017).”

As definições do projeto e o modelo de condomínio, além de inapropriados em relação ao perfil das famílias, desfizeram laços de sociabilidade e não contribuíram para a realização da vida coletiva, impondo condições culturais e de usos dos espaços alheios aos que as famílias vivenciavam na comunidade original. Relações de parentesco, amizade e vizinhança, fundamentais para a reprodução da vida cotidiana das famílias, em especial para aquelas em situação de vulnerabilidade e risco social, não foram preservados.

[...] tão espalhados. A minha vizinha que era de parede e meia mora lá na frente [...] A Maria é meu braço direito. Mas tá meio longinho, ela tá pra fora, virada pra lá [...] é que não tinha como saber né, era por sorteio de número [...] essa Karla que mora lá no prédio, mas é meu braço direito também (Entrevista 8, 2017).

A ausência de participação das famílias no planejamento e na execução da intervenção, sem fornecimento prévio de informações a respeito das novas condições que passariam a vivenciar, e a inexistência de ações para fortalecimento coletivo e a preservação dos laços, são outras características da intervenção. Cerca de três anos após o reassentamento as famílias ainda não se identificavam com a área, que contribui para a ampliação da violência, o aumento da insegurança, da desproteção social, do isolamento, da solidão e do sentimento de que foram enganadas pelo Estado.

“Todas as promessas que eles fizeram pra gente, até agora nada. A creche perto, colégio perto, a cooperativa, a ajuda e auxílio que eles disseram que teria. Eles mentiram pro povo (ENTREVISTA 9, 2017).”



“Nós estamos abandonados, estamos esquecidos (ENTREVISTA 8, 2017).”

“[...] parei de trabalhar [...] sabe eu criei um medo que eu nunca tive, sempre fui uma criança, tipo, não sei se é o caso, mas eu atravessava carreirinho no mato, eu andava pra tudo que é canto, eu nunca tive medo. E aqui parece que se eu sair pra fora do portão, pra fora da minha porta, vai acontecer alguma coisa. Não consigo ir no mercado, não consigo fazer nada. Eu fico muito insegura [...] Eu, eu, cheguei ao ponto de me olhar no espelho “nossa não parece que é você, mas você ta abatida” E com o tempo você olha nossa! É verdade mesmo. Eu dou graça que meu marido chegue a tempo pra pegar minha filha no ponto porque eu não gosto (ENTREVISTA 12, 2017).”

“O que melhorou? Não sei [...] só o risco do rio, a única coisa sinceramente. Não que não era minha vontade, eu queria uma coisa melhor pra mim, sabe, mas eu não queria sair daquele vínculo ali, eu queria uma casa melhor, lógico, porque a minha casa tava destruída já né, eu fui a última a sair ainda. Quando chovia eu quase morria do coração, então eu sou grata nesse ponto, mas no local eu não sabia que ia ser tão difícil assim, porque fazem três anos eu não consigo acostumar, tem horas assim, que parece eu fico, parece que eu entro, parece que to entrando em depressão assim [...] Da pra ver que ela não acostumou [...] ela perdeu os vínculos dos amiguinhos tudo, não tem onde brincar, porque não tem uma área de lazer nada, acorda e fica com medo. Ela sabe que não pode sair pra fora, ela sabe que não pode entrar na casa de alguém que pode acontecer alguma coisa [...] (ENTREVISTA 12, 2017).”

Conforme as entrevistas (VASCO, 2018), 26 famílias removidas venderam a unidade habitacional, destas 60% (16) eram apartamentos, e quatro alugaram suas unidades. Algumas famílias não saíram da favela e mantiveram o imóvel fechado no empreendimento. Dezoito famílias retornaram para a favela e correspondiam às que viviam nas áreas a mais tempo ocupadas, onde tinham formado gerações, laços de reciprocidade, solidariedade e redes de apoio.

“Aqui tá difícil, daí fala “Você acostumou aqui?” Tem que né, não tem como voltar pra trás. Não é caranguejo pra voltar para traz né. Pra sair daqui tem que ter pra onde ir né. Tem que fazer a casa e lá aonde nos tava não dá pra fazer a casa. To sabendo que lá na Santos Andrade tão fazendo casa lá. Uma favelinha lá de novo (ENTREVISTA 10, 2017).”



Reflexões finais

“Eu não sei. A casa só. A qualidade [...] a rua também, não temos barro, não temos lodo pra atravessar. Mas lá era um lugar bem melhor, se a gente tivesse uma casa dessa lá, seria bem melhor (ENTREVISTA 7, 2017).”

A ambiguidade do relato das pessoas entrevistadas expressa as violências, limitações e contradições da política de intervenção em favelas em Curitiba. Além disso, o despreparo do poder público municipal, a falta de sensibilidade e de vontade política para reconhecer a legitimidade da vida que se desenvolve nesses territórios populares. O caso expressa a urgência em ajustar o olhar sobre a realidade social, em meio às contradições das mediações e complexidades que envolvem a política habitacional como uma política estruturante, que quando apropriadamente planejada viabiliza o acesso a outros direitos (Arregui *et al.*, 2018).

A política de habitação e demais políticas públicas de viés territorial, que deveriam compor as intervenções em favelas, têm se estruturado, em Curitiba, a partir de uma lógica inversa às dinâmicas presentes nos territórios populares. Além disso, de um modelo que não incorpora as dinâmicas sociais neles presentes e, nesse sentido, conforme Sposati e Koga (2003), encontra-se apartado dos sentidos e contextos dos interesses e necessidades dos sujeitos.

Apreender as dinâmicas, sonhos, concepções coletivas do lugar, o uso social e as relações e experiências daqueles que vivem o território, requer outra lógica de investimento e planejamento das ações de gestão das cidades e das políticas sociais, por meio das quais a participação popular autêntica e o território vivido estejam no centro das intervenções habitacionais.

Referências

ARREGUI, Carola, Diniz R. A; KOGA, Dirce **Dinâmicas socioterritoriais e práticas profissionais: entre chãos e gestão.** *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, p. 1407–1430, 27 Set 2018 Disponível em <https://cajapio.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9872> . Acesso em 31 jul. 2024.



CARDOSO, Adauto. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n.17, 1º sem. 2007. pp. [219-240]. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/8771/6496>. Acesso 30 jul. de 2024.

NUNES DA SILVA, M. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba**. 259f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPR, Curitiba, 2012.

____CORREIA, A. D. A.; TEXEIRA, A. G.; FURLAN, D. L. S.; VASCO, K. M. C. M.; SILVA, M. B. L. **Direito à cidade e habitação**: condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Curitiba. Curitiba: UFPR – LAHURB – PPU – Observatório das Metrôpoles, 2021a. 338 p. Relatório de Pesquisa.

____VASCO, K. M. C. M; TEXEIRA, A. G. **Um Balanço do PAC-Urbanização de Favelas no Município de Curitiba**. Curitiba: UFPR – LAHURB – PPU – Observatório das Metrôpoles, 2018. 76 p. Relatório de Pesquisa. Disponível em <https://lepur.com.br/pesquisas/pesquisas-concluidas/> Acesso em 30 jul. 2024.

SILVA, Kamila Anne Carvalho da. **O direito à cidade e à moradia das mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no Município de Curitiba**. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SPOSATI, A.; KOGA, D. **São Paulo**: sentidos territoriais e políticas sociais. São Paulo: SENAC, 2013.

VASCO, Kelly M. C. **O Programa Minha Casa Minha Vida como ferramenta de intervenção nas favelas de Curitiba: o caso as Vila Santos Andrade**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.